



MENINAS VESTEM ROSA, MENINOS VESTEM AZUL E O CONSERVADORISMO VESTE FARDA: A AGENDA FAMILISTA NO GOVERNO BOLSONARO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO¹

Mirella Cavalcante Vilar Lima²

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes³

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar as configurações e impactos da agenda familista nos sucessivos ataques aos ordenamentos jurídico-legais e à educação pública. Parte de uma análise sobre a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), sob o comando da Ministra Damares Alves, e da incidência desta gestão, e do projeto a que se filiou, no campo da educação. Em tal projeto há uma presença supervalorizada da família para a reprodução social, em detrimento do Estado, o que representa um retrocesso em várias pautas estruturantes, dando espaço para a defesa de propostas ultraconservadoras como as de combate à “ideologia de gênero” e de defesa do modelo único de família. Esta perspectiva está no centro das pautas da nova direita, materializada no Brasil mais recentemente pela eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que lançou mão, através do MMFDH, de uma série de políticas públicas chamadas de familiares com incidência em diferentes campos. Consideramos que uma gramática político-pedagógica alicerçada no fascismo, no pânico moral e no desmantelamento do Estado, teve severos rebatimentos na educação. Para atender aos objetivos propostos, realizou-se revisão da literatura sobre as principais categorias abordadas, e a análise documental de atos normativos e documentos institucionais do MMFDH. Ainda que estejamos vivenciando um momento de transformação no cenário político consideramos importante evidenciar para não repetirmos os atos absurdos da história recente.

Palavras-chave: educação; familismo; nova direita; neoconservadorismo; neoliberalismo.

Girls wear pink, boys wear blue and conservatism wears a uniform: The family agenda in the Bolsonaro government and its consequences in education

Abstract

This study aimed to analyze the configurations and impacts of the family agenda in the successive attacks on legal systems and public education. It starts from an analysis of the performance of the Ministry of Women, Family and Human Rights (MMFDH), under the command of Minister Damares Alves, and the possibility of this management, and the project to which it was affiliated, in the field of education. In this case, there is an overvalued presence of

¹ Artigo recebido em 13/02/2023. Avaliação em 30/08/2023. Aprovado em 29/10/2023. Publicado em 03/11/2023.

² Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2007.2). Especialista em Gestão da Política de Assistência Social, pela Universidade Veiga de Almeida (2010.2) e em Direitos da Criança e do Adolescente, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Possui experiência em gestão de políticas públicas, no executivo municipal e estadual, tendo como principal área de atuação a Assistência Social e das infâncias e adolescências. Atuou no controle social de políticas públicas enquanto Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Jaboatão dos Guararapes. E-mail: mirella.vlima@ufpe.br

³ Professora do Departamento de Ciências do Consumo da UFRPE e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades. Coordenadora do mestrado em Consumo Cotidiano e Desenvolvimento Social e do Observatório da Família/Instituto Menino Miguel. E-mail: aragaouchoa@hotmail.com

the family for social reproduction, to the detriment of the State, which represents a setback in several structuring guidelines, giving space for the defense of the project of ultra-conservative proposals such as combating the “gender ideology” and defending the of the single family model. This perspective is not at the center of the new right agenda, materialized by the election of President Jair Messias Bolsonaro, who has his hand launched, through the MMFDH, of a series of public policies called family members with problems in different fields. We consider that a political-pedagogical grammar based on fascism, moral panic and the dismantling of the State, has repercussions on education. To meet the proposed objectives, a literature review was carried out on the main categories addressed, and a documentary analysis of normative acts and institutional documents of the MMFDH.

Keywords: f education, amilism; new right; neoconservatism; neoliberalism.

Las niñas visten de rosa, los niños visten de azul y el conservadurismo viste de uniforme: La agenda familista en el gobierno de Bolsonaro y sus consecuencias en la educación

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo analizar las configuraciones e impactos de la agenda familiarista en los sucesivos ataques a los sistemas jurídicos y la educación pública. Se inicia con un análisis del trabajo del Ministerio de la Mujer, la Familia y los Derechos Humanos (MMFDH), a cargo de la ministra Damares Alves, y la incidencia de esa gestión, y del proyecto al que estaba adscrito, en el campo de la educación. En tal proyecto hay una presencia sobrevalorada de la familia para la reproducción social, en detrimento del Estado, lo que representa un retroceso en varios lineamientos estructurantes, dando lugar a la defensa de propuestas ultraconservadoras como las de combatir la “ideología de género” y defender el modelo unifamiliar. Esta perspectiva está en el centro de la agenda de la nueva derecha, materializada en Brasil más recientemente con la elección del presidente Jair Messias Bolsonaro, quien utilizó, a través del MMFDH, una serie de llamadas políticas públicas con impacto en diferentes campos. Creemos que una gramática político-pedagógica basada en el fascismo, el pánico moral y el desmantelamiento del Estado tuvo severas repercusiones en la educación. Para cumplir con los objetivos propuestos, se realizó una revisión bibliográfica sobre las principales categorías abordadas, y un análisis documental de actos normativos y documentos institucionales del MMFDH. Si bien vivimos un momento de transformación en el escenario político, consideramos importante resaltar para no repetir los absurdos hechos de la historia reciente.

Palabras clave: educación; familiarismo; nuevo derecho; neoconservadurismo; neoliberalismo.

A defesa da família tradicional: O elo entre neoconservadorismo e neoliberalismo na ideologia da nova direita

Cabe de início demarcar que, ao nos voltarmos para a centralidade assumida pela família na atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), 2018-2022, coordenado pela Ministra Damares Alves, e, da incidência desta, e do projeto a que se filiou, para o campo da educação, não desconsideramos a importância dos vínculos e da convivência familiar, e, conseqüentemente, a importância das famílias para a proteção integral de crianças e adolescentes. Também não é uma “crítica à família” baseada em “delírios comunistas”, como é falseado e divulgado por grupos reacionários com o intuito de estabelecer um pânico moral na população. A análise que se apresenta neste estudo busca evidenciar a primazia da responsabilidade do Estado na garantia de direitos de crianças e adolescentes e suas famílias, bem como desnudar e chamar atenção para os conteúdos reacionários e fundamentalistas que se colocaram no centro das políticas públicas, incluindo as de educação, as quais poderíamos chamar de familiares, propostas pelo referido órgão, constituídas a partir de uma gramática político-pedagógica alicerçada no fascismo, no pânico moral e no desmantelamento do Estado, com rebatimentos na educação de crianças e adolescentes. Consideramos, ainda que estejamos

vivenciando um momento de transformação no cenário político, importante evidenciar para não repetirmos.

Na realidade brasileira, as disputas em torno das famílias (ou da supostamente defesa de um modelo único de família) e da defesa das crianças e adolescentes (que estariam sendo afetadas por um projeto ideológico, que promovia, por exemplo, a erotização precoce) se acirram desde a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff em 2014 e ganham força com a ascensão de “novas direitas” no país, a partir, sobretudo, da aliança entre uma variedade de setores conservadores e neoliberais que criam as condições para o Golpe de 2016, e, posteriormente, com a eleição para presidência do país de Jair Messias Bolsonaro, com a institucionalização, pela via eleitoral, de um projeto de direita extremada, reverberando em diversos segmentos da sociedade, entre eles, o da educação. O cenário foi o de ofensiva as conquistas progressistas e democráticas, e de disputa ideológica, com impactos na proteção social de crianças e adolescentes, e suas famílias.

Nessa direção, o objetivo deste estudo é analisar as configurações e impactos da agenda familista nos sucessivos ataques aos ordenamentos jurídico-legais e à educação pública no período, tendo como foco a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)⁴, sob o comando da então Ministra Damares Alves, e da incidência desta no campo da educação. Para tanto, buscamos identificar os aspectos da agenda familista nos documentos institucionais do MMFDH relacionados tanto à política de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, quanto para os impactos desta gramática político-pedagógica alicerçada no fascismo, no pânico moral e no desmantelamento do Estado no campo da educação, neste artigo apresentaremos o recorte para a educação. Em síntese, buscamos problematizar os desafios para proteção integral de crianças, adolescentes e suas famílias em face ao avanço da extrema direita neoconservadora no campo da educação, o que em alguma medida atua também por evidenciar os desafios que estão postos para tempos de reconstrução “pós” cenário mais acirrado de pandemia e pós governo Bolsonaro.

A pesquisa teve caráter exploratório e qualitativo, foi realizada no âmbito do curso de especialização em direitos da Criança e Adolescentes, promovido pela Escola de Conselhos de Pernambuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), voltado à formação de profissionais com atuação no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes e também no contexto do Mestrado em Educação, culturas e Identidades/ UFRPE/Fundaj. Este

⁴ No momento em que escrevemos este artigo Damares Alves (Republicanos) foi eleita senadora pelo Distrito Federal. Ela teve 714.562 votos (44,98% dos votos válidos).

artigo apresenta dimensões relacionadas aos retrocessos e implicações do neoliberalismo e do neoconservadorismo para proteção integral de crianças e adolescentes e suas famílias, bem como apresenta elementos de análise sobre a ascensão da nova direita no Brasil.

Para compreender a agenda familista instituída pelo MMFDH no âmbito do Governo Bolsonaro, é necessário situar alguns elementos que marcam a relação das famílias com o Estado. Nesse sentido, demarca-se que as famílias, enquanto provedoras de bem-estar social, foram “redescobertas” a partir dos anos de 1970, em decorrência do declínio da sociedade salarial e da suposta crise do *Welfare State*, passando a ser vistas como “canal natural” de proteção social aos seus membros, com destaque para o papel da mulher enquanto provedora dos cuidados no âmbito privado (MIOTO, 2009, p. 130).

Essa “redescoberta” coloca em debate questões que têm relação com o papel do Estado, do mercado e das famílias na provisão do bem-estar social, estando relacionado com o contexto histórico-social que engendrou mudanças na instituição familiar a partir do advento do capitalismo no século XIX.

O agravamento da questão social⁵ nos séculos XIX e XX colocou em xeque a lógica da família enquanto mantenedora da proteção social, exigindo do Estado, um conjunto de intervenções para este fim, tornando-o o principal regulador da relação entre o mercado e às demandas sociais (MIOTO, 2009, p.133). E é no contexto aberto após a Segunda Guerra Mundial que, na Europa, surge o que se convencionou chamar de *Welfare State* ou Estado de bem-estar social, com a implantação de políticas sociais, que visavam atender direitos sociais.

Porém, é necessário ter presente, conforme coloca Behring (2011, p. 16), que a experiência welfareana foi “historicamente datada e geopoliticamente situada, resultado de um conjunto de determinações estruturais e conjunturais, envolvendo escolhas político-econômicas”, não podendo ser observada de forma homogênea nos países europeus, muito menos, em países periféricos como o Brasil.

No Brasil, o avanço e adesão a agenda neoliberal se deu a partir da década de 1990, materializada na contrarreforma do Estado brasileiro, que promoveu o desmonte e a destruição

⁵ A chamada questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.” (Iamamoto, 2001, p. 17)

para adaptação passiva à lógica do capital (BEHRING, 2019, p.17). A agenda instituída pelo projeto neoliberal exigia um Estado mínimo na área social, incidindo sobre as garantias legais formuladas na Constituição Federal (CF) de 1988 e das legislações que dela derivaram. A privatização e focalização das políticas sociais, com a responsabilização das famílias pela reprodução social, são características da atuação do Estado no contexto neoliberal brasileiro.

No Brasil, a ascensão do neoconservadorismo juntamente com o acirramento da agenda neoliberal se materializa no campo da institucionalidade com o Golpe de 2016 e a eleição de Jair Messias Bolsonaro, representando o giro regressivo no campo das agendas progressistas em defesa dos direitos sociais. Ganham lugar pautas da moral tradicional, como a defesa da família, da pátria, baseados em valores judaico-cristãos, colocando em xeque a laicidade do Estado.

O cenário brasileiro não é isolado, acompanha os movimentos de ascensão da extrema direita nos Estados Unidos e em países como a Hungria, Polônia, França e, mais recentemente, na Itália, onde ganham força discursos anti-imigração, neofascistas, neonazistas, em defesa dos valores tradicionais, numa cruzada antigênero. No Brasil ganham força os movimentos que clamam pela volta da ditadura militar, o discurso do combate à corrupção, de defesa da família tradicional, de ódio às “minorias” e aos direitos conquistados, e uma dita “proteção às crianças e adolescentes” de uma “doutrinação ideológica”. Fato que teve culminância no ataque terrorista às instituições brasileiras nos primeiros dias do mês de janeiro de 2023.

A agenda familista, baseada nos preceitos neoliberais e neoconservadores, tem rebatimentos nas diversas políticas sociais, incluindo a educação. No âmbito do Governo Bolsonaro, a estratégia em torno dessa agenda foi articulada através do MMFDH, com vistas a disseminar os conteúdos e valores, com foco estratégico nas políticas sociais que tem como público crianças, adolescentes e suas famílias.

Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos: O lócus da agenda familista no governo Bolsonaro

A onda neoconservadora, materializada com a ascensão da nova direita, avançou e ganhou maior visibilidade no Brasil a partir do Golpe de 2016 e da eleição e a posse do Presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Desde então, a adoção de uma agenda regressiva, conservadora e antidemocrática marcam a política brasileira, acentuando-se desde o primeiro biênio do governo bolsonarista.

Mota (2020, p. 204) demarca que a cultura autoritária, antissocial, antimoderna e fascizante, que caracteriza a nova direita no Brasil, sobressai a partir da dissolução do pacto de conciliação de classes nos governos do Partido dos Trabalhadores e com o Golpe de 2016 contra a Presidente Dilma Roussef, e se consolida como uma nova etapa da hegemonia burguesa.

O período configura-se como a abertura de um novo ciclo do neoliberalismo brasileiro, que tem sido denominado de ultraneoliberal, que conforme Cislighi (2020, s.p) remonta as características da experiência neoliberal durante a ditadura no Chile, marcada pelo seu caráter reacionário, racista e misógino, somado ao projeto político-econômico de apropriação do fundo público e desfinanciamento das políticas sociais. O exemplo nítido desse desmonte é a Emenda Constitucional nº 95/2016, institui um novo regime fiscal, que congela os gastos públicos do Estado durante 20 anos, impactando, dentre outras áreas, na educação. No âmbito da educação, Pellanda (2020, s.p) ressalta, que o teto dos gastos inviabiliza o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), bem como a sua versão subsequente.

Focando na educação a análise é que com a roda de ministros foi rodada a todo o vapor, desde o começo do governo do presidente Jair Bolsonaro, 4 ministros passaram pelo Ministério da Educação, Ricardo Vélez substituído por Abraham Weintraub, que deixou o cargo oficialmente em 20 de junho de 2020, Carlos Alberto Decotelli assumiu e ficou 5 dias no cargo, seguido, por Milton Ribeiro assumiu e ficou no cargo até 28 de março de 2022, renunciando após escândalo envolvendo a suspeita aliança com pastores evangélicos, e, atualmente, o 5º ministro da pasta é Victor Godoy.

De acordo com Priscilla Cruz, presidente-executiva e co-fundadora da organização não governamental Todos pela Educação, a gestão da educação no governo Bolsonaro foi a “pior da história”, marcado por pautas ideológicas e sucessão de “ministros ruins” no comando da pasta. A análise de Cruz se fundamenta, além das questões relacionadas aos programas e políticas educacionais, em pautas como a atuação do governo Bolsonaro durante a pandemia da Covid19, ensino à distância para a formação de futuros/as professores/as, *homeschooling* e colégios militares (BUSS, 2022). Aos quais, acrescentamos, o que Amana Rocha Mattos (2018) denominou de o “truque” da pauta da ideologia de gênero e o debate sobre a escola sem partido.

O Governo Bolsonaro, conforme analisa Zacarias (2019, s.p) se organizou em 04 (quatro) núcleos centrais “o núcleo ideológico bolsonarista (fascista ou protofascista), o núcleo militar (a garantia de tutela), o núcleo político (encarregado de relações com o Congresso) e o núcleo econômico ultraliberal de Paulo Guedes e demais Chicago Boys⁶”. A partir da junção estratégica

⁶ Chicago Boys foi um grupo de aproximadamente 25 jovens economistas chilenos que formularam a política

desses núcleos, o Governo Bolsonaro atua para contrarreformar o Estado brasileiro, com base nas pautas de combate à corrupção, fetichização do judiciário, da cristianização e militarização do poder, e da redução do papel do Estado (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 205). Soma-se a esse ideário, o irracionalismo e o discurso anticientífico, que marcou, dentre outros contextos, o processo eivado de negacionismo na condução da pandemia da Covid-19.

A ascensão da nova direita, sustentada numa agenda neoconservadora, asseverou a necessidade de compreender suas expressões e os impactos, identificando as correlações entre o passado e o presente, com as especificidades da realidade brasileira. O Governo Bolsonaro reacendeu um Brasil antidemocrático, antipopular e intolerante, que não suporta os avanços, mesmo que restritos dentro da sociedade capitalista, das pautas de justiça social. Isto fica nítido desde o discurso de posse proferido pelo então Presidente, no qual as pautas sociais e políticas foram invisibilizadas, dando lugar a defesa da família, a meritocracia e se posicionando como terminantemente contrário ao que chamou de “amarras ideológicas”.

Na esteira desse afloramento conservador na sociedade brasileira, o Governo Bolsonaro criou, através da Medida Provisória nº 870, posteriormente transformada na Lei Federal nº 13.844/2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), com a respectiva Secretaria Nacional da Família, colocando centralidade nas ações que tem como foco a família tradicional.

Entre 2019 e março de 2022 o MMFDH foi conduzido pela Ministra Damares Alves, compondo o núcleo ideológico do governo. Advogada e pastora evangélica, a ex-Ministra se declara defensora dos direitos humanos, e, ao se apresentar, evidencia sua história de engajamento na proteção de crianças e adolescentes e nas lutas indigenistas. A sua saída do Ministério, em decorrência da candidatura para o senado federal, não representou um redirecionamento das pautas conservadoras, mas houve continuidade da linha ideológica adotada, com a condução da então Ministra Cristiane Britto, tendo em vista que tais pautas integram o projeto de nação bolsonarista.

Em seu discurso na cerimônia de transmissão de cargo de Ministra, declarou **“o Estado é laico, mas sou terrivelmente cristã”** e que se iniciava um novo tempo para o Brasil. No que diz respeito às crianças e adolescentes, a Ministra Damares afirmou que “são os bens mais preciosos da nação” e que “nesse governo **menina será princesa e menino será príncipe**[...] ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesa e nossos meninos de príncipes,

econômica da ditadura do general Augusto Pinochet. Foram os pioneiros do pensamento Liberal, antecipando no Chile em quase uma década medidas que só mais tarde seriam adotadas por Margaret Thatcher no Reino Unido.

pois no Brasil [...] tem meninos e meninas”. Além de apontar que “um dos desafios desse atual governo é **acabar com o abuso da doutrinação ideológica**...construir um Brasil em que nossas crianças tenham acesso à verdade e sejam livres para pensar...acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes...”.

As declarações materializavam a compreensão sobre a real possibilidade de unificação das pautas das igrejas evangélicas com as do Estado. Em relação à educação, a concepção era a de que “o educar cristão pode interagir [...] ensinar a Bíblia[...] cidadania[...] respeito aos Direitos Humanos[...] ensinar e mudar, promovendo transformação social, a transformação de Nação”. Nesse sentido, estas afirmações, comuns ao longo de toda a gestão do MMFDH, apontavam, por exemplo, para a concepção de que as igrejas poderiam ter mais escolas, principalmente de “ensino infantil”. Para a então Ministra, a participação das igrejas evangélicas deveria se dar a partir da proposição de conteúdos, orientando os pais a exigir educação de qualidade.

O conjunto dos discursos e atos acima elencados demonstram como o Governo Bolsonaro, sobretudo através do MMFDH, trouxe para institucionalidade o discurso moral e o fundamentalismo religioso, que atende às expectativas da bancada da bíblia, configurando risco iminente para a efetivação dos direitos humanos de todas as pessoas brasileiras.

Cabe salientar que a nomenclatura atribuída ao Ministério pode representar, na aparência, algo com pouca relevância, mas, em sua essência, é reveladora dos conteúdos e compreensões ideológicas que perpassam a formulação e oferta das políticas públicas na gestão bolsonarista. A nomenclatura assumida no Governo Bolsonaro desconsidera a diversidade das famílias e das mulheres brasileiras, reforçando o estabelecimento de padrão único, que enquadra e, ao mesmo tempo, exclui. Tais mudanças dialogam com as concepções norteadoras dos programas, projetos e ações implementados pelo órgão, bem como com os posicionamentos da ex-Ministra, atual senadora eleita pelo Distrito Federal, Damares Alves.

Essa não é uma realidade isolada, tem relação com o fenômeno da ascensão de representantes fundamentalistas das igrejas evangélicas, principalmente, as neopentecostais, na política, ocupando cargos nos legislativos municipais, estaduais e federal, formando, o que se conhece como bancada evangélica ou da bíblia. Conforme Quadros e Madeira (2018, p. 493), este fenômeno, que envolve a aproximação entre atores políticos e religiosos, desponta desde o período da redemocratização, impulsionado pelo crescente número de brasileiros que passaram a se declarar evangélicos.

A atuação da bancada da bíblia visa “assegurar a preservação de interesses doutrinários

relacionados à moral e aos costumes [...] por outro, suprir as necessidades operacionais das igrejas, cabendo citar os pleitos pelas concessões para emissoras de comunicação (que se mostraram cruciais para a propagação da ‘palavra’)” (QUADROS e MADEIRA, 2018, p. 494). As pautas da bancada da bíblia têm relação, principalmente, com a legalização do aborto, reconhecimento do modelo único de família – a nuclear heteronormativo (envolvendo os projetos contrários à união de casais homoafetivos), educação sexual e ideologia de gênero nas escolas, dentre outras.

Para instituir a agenda familista foi criada, em 2019 a Secretaria Nacional da Família, a qual compete as questões relativas à formação, fortalecimento e promoção da família. Dentre as atribuições da Secretaria, destaca-se: promover a inserção de uma perspectiva de família em todas as áreas de atuação do governo; propor e incentivar a conscientização pública acerca do papel social da família; coordenar e articular ações com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, bem como com outras secretarias do Ministério para: a) suporte à formação e desenvolvimento da família; b) fortalecimento dos vínculos familiares; c) projeção econômica e social da família; d) promoção do equilíbrio entre trabalho e família; e) realização de projetos especiais e desafios relativos ao desenvolvimento da família; e f) fomento a políticas de igualdade no combate à discriminação à família.

Conforme artigo de autoria da Secretária da pasta – Ângela Vidal Gandra da Silva Martins (2019, s.p), a criação da Secretaria é uma iniciativa pioneira, tendo em vista que não houve anteriormente “um serviço especial focado na família” e que as ações governamentais não significam uma invasão da esfera privada, já que isto seria contrário ao princípio da liberdade, mas que “o foco na família significa oferecer as bases para que ela **possa consolidar-se internamente, sem que políticas públicas orientem suas decisões** de forma pragmática e, na maioria das vezes, paternalista e ineficiente.” A Secretária apresenta ainda em seu artigo o entendimento de que a família “se constitui no **berço da ética individual e das relações pessoais**, onde o respeito pelo outro se enraíza, e a dignidade da pessoa se torna efetivamente normativa”.

As competências da SNF apontam a direção adotada pela Governo Federal para incluir, de forma transversal, a “perspectiva da família” em todas as áreas de atuação, convergindo para a responsabilização exclusiva das famílias, que tem o “dever prioritário” de cuidar e proteger de seus membros, incluindo, crianças e adolescentes, e conseqüentemente, para a desresponsabilização do Estado. Portanto, devem ser implementadas ações estratégicas voltadas à promoção da “responsabilidade e liberdade na criação, cuidado e educação dos

filhos”.

Como desdobramento da criação do MMFDH foram lançadas normativas, programas e ações para consolidar e impulsionar o desenvolvimento de políticas familiares no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Tal implementação parte da premissa, incluída nas atribuições da SNF, de transversalizar “a perspectiva de família” em toda as áreas do Governo Federal, incentivando que o mesmo ocorra nas outras esferas federativas. Ao conjunto das ações e programas, referendadas nos posicionamentos dos agentes políticos do Governo Federal, estamos chamando de agenda familista.

Impactos da agenda familista na educação

Ao nos voltarmos para a análise dos impactos da agenda familista no campo da educação, demarcamos o fato de que a intensa movimentação neste campo nos impede de uma análise pormenorizada sobre todos os seus aspectos e, portanto, nos voltaremos aqui à uma análise dos elementos centrais que orientam e dão sustentação para a incidência das pautas que compõem uma agenda familista no campo da educação na história recente do país, sob o governo Bolsonaro, com recorte para a atuação da Ministra Damares à frente do MMFDH.

A partir do que foi apresentado fato é que a incidência, enquanto projeto, dessa pauta nas diferentes ações do Estado, evidencia que o Governo Bolsonaro representou uma ameaça real à valorização e preservação de outras formas de aprendizado que não alinhadas ao projeto neoliberal e neoconservador que foi colocado em curso. Se materializa uma pauta voltada para o que foi chamado de combate à “doutrinação de esquerda” e vetos ao debate sobre gênero nas escolas.

Laura Sánchez e Fabiana Leal (2021) ao se voltarem para os impactos do contexto político atual no ensino superior, apontam que no caso do Brasil tínhamos caminhado na criação de políticas públicas e programas institucionais com perspectiva intercultural, em favor da integração, por exemplo de indígenas e afrodescendentes no âmbito educacional, movimento que ocorreu durante os dois mandatos presidenciais consecutivos de Luiz Inácio Lula da Silva, seguidos pelo governo de Dilma Rousseff. Para as autoras, a eleição de Bolsonaro em 2018, se caracteriza como um dos acontecimentos conjunturais mais impactantes da história recente do país, com consequências ainda não mensuráveis, dada a velocidade com que surgiram novos cenários políticos institucionais, a quantidade de decisões tomadas a partir da sua eleição, materializadas no desmantelamento de normativas e órgãos institucionais e nos cortes de

orçamento e entidades encarregadas do seu atendimento.

Ao assumir, foram apresentadas as principais metas para os primeiros 100 dias de governo, a Agência Senado (2019), fez o destaque nas 4, entre as 35 metas, que se voltavam especificamente para a educação:

Metas para os primeiros 100 dias	
Na quarta-feira (23), o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni apresentou 35 metas prioritárias para os primeiros 100 dias de governo. Quatro projetos envolvem a área educacional.	
Alfabetização Acima de Tudo	Lançamento de um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização, com a proposição de método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas.
Programa Ciência na Escola	Promover interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências.
Educação domiciliar	Regulamentar o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de medida provisória. Segundo o governo, 31 mil famílias utilizam esse modo de aprendizagem.
Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania	Elaborar e disseminar agenda de promoção da ética e da cidadania a ser adotada por escolas no âmbito da sala de aula.

Fonte: Agência Senado (2019)

Na ocasião Ricardo Vélez Rodríguez, então Ministro da Educação, sinalizou os caminhos que deveria seguir no comando do órgão, alinhado ao Escola Sem Partido, no combate ao que chama de “ideologia de gênero” e a valorização dos profissionais de educação. No que se refere ao que foi chamado de “escola sem partido”, a perspectiva se fundamenta em movimento semelhante dos Estados Unidos, denominado *NoIndoctrination.org*, sob a perspectiva de que deve ser incentivada a denúncia em relação a “falsos educadores”, que fariam estudantes “vítimas” ao se aproveitar da audiência dos alunos para promover seus próprios interesses, posições ideológicas, religiosas, políticas, morais etc. No projeto constam “deveres” que deveriam ser seguidos pelos/as professores/as,

[...] não fazer propaganda político-partidária nem incitar alunos a participarem de

manifestações; respeitar o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral de acordo com as suas convicções. É justamente nesse objetivo de “respeitar o direito dos pais” que o MESP se aproxima das disputas em torno da família e da discussão sobre autoridade familiar e estatal (ESCOLA SEM PARTIDO, s/d)

Cabe aqui destaque ao fato de que o MMFDH abriu um canal de denúncias específico para a avaliação da conduta de professores/as e escolas. Damares Alves, durante toda a gestão se manifestou sobre esta e outras questões que representariam, segundo sua perspectiva, atos contra a “moral, religião e ética da família”. Uma das formas de materialidade da proposta apontada neste artigo, sobre a repercussão ou incidência deste núcleo ideológico do governo Bolsonaro sobre o campo da educação, através da perspectiva de que as pautas defendidas pelo MMFDH se difundissem para as outras pastas do governo.

Andressa Pellanda, coordenadora-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, alertou que há um “aparelhamento das políticas educacionais em sintonia com valores religiosos e discriminatórios” (HRW, 2022, p. 36). E que os discursos e posicionamentos da ex-Ministra Damares Alves reforçam a agenda antigênero promovida pelo Ministério da Educação:

Ainda que o Ministério da Educação tenha desempenhado um papel importante e estrutural na agenda antigênero na educação, a força simbólica de Damares como pilar dessa agenda ultraconservadora e anti laicidade do Estado é muito relevante na análise desse governo e reverbera na educação. (HRW, 2022, p. 49)

Em relação à valorização dos/as profissionais da educação, também apontada no discurso do primeiro-Ministro Ricardo Vélez Rodríguez, a proposta se alinhou à perspectiva de desfinanciamento do Estado na Educação, o que se materializou no desmonte de uma série de políticas e programas,

A proposta de Bolsonaro em defesa de mais autonomia a estados e municípios na definição de metas e prioridades na educação reafirma a ideia de investir em privatizações. Uma das mudanças propostas pelo novo governo é a criação do “voucher educação”, que determina a distribuição de vales para as famílias matricularem seus filhos no colégio privado que escolherem. O modelo tem como entusiastas o atual ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia, José Salim Mattar Júnior. Essa secretaria será responsável pelas privatizações no novo governo. Segundo os defensores, com maior participação de instituições privadas, será economizado dinheiro com a manutenção de escolas e a folha de pagamento dos professores (Agência Senado, 2019,s.p).

O relatório “**100 dias de governo Bolsonaro e educação**”, apresentado no documento “**Educação em disputa: 100 dias do governo Bolsonaro**” elaborado pelas organizações Ação Educativa, Carta Educação e De Olho nos Planos (2019), destacam como em curto espaço de tempo transformações significativas ocorreram no Ministério da Educação, dentre as quais se

destacam: 1. A militarização da educação; 2. A extinção de algumas secretarias, incluindo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)⁷; 3. A disputa pela política de alfabetização; 4. O ataque ao financiamento de qualidade; 5. O direito à educação domiciliar, entre outros.

Segundo Laura Sánches e Fabiana Leal (2021), este era um movimento esperado a partir do Plano de Governo apresentado por Bolsonaro (TSE, 2018), durante sua campanha presidencial. A agenda em curso tornava previsível que a educação fosse diretamente afetada tanto por uma lógica de controle ideológico quanto por uma visão autoritária do militarismo. Movimento em curso, que, no âmbito da gestão educacional, se mostrou empenhado em desconstruir o caráter de direito humano das políticas educacionais, posição materializada nas diferentes manifestações por parte de muitos dos novos membros do MEC,

[...] contra assuntos como a globalização cultural e a ideologia de gênero, que fazem parte das discussões recentes mais latentes no campo da educação, são expressões de uma ação política que só tem como finalidade ocupar o poder e desconstruir as conquistas educacionais dos brasileiros durante os anos posteriores à atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (SANCHÉS e LEAL, 2021, p. 227).

Os impactos incidiram sobre todos os níveis de educação. Na educação infantil, uma agenda religiosa, que impediu qualquer reflexão sobre a questão da autoproteção de crianças em relação aos seus corpos, o direito ao acesso à informação adequada sobre questões relacionadas à violência e abuso sexual. Polêmica que, de acordo com Fabiana Leal (2019), teve início com a ofensiva conservadora contra a chamada “ideologia de gênero” no projeto que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011-2020. A perspectiva defendida era a de que “as escolas estão ensinando as crianças que elas não nascem meninas ou meninos, mas que se tornam ao longo da vida; ou que a discussão de gênero está incentivando a homossexualidade” (LEAL, 2019, p. 11).

A pauta da ‘ideologia de gênero’ se aproxima das disputas relativas à família na medida em que os conservadores argumentam que a escola não pode discutir temas que sejam contrários às convicções religiosas e morais dos pais. E essa pauta foi apropriada pelo Movimento Escola sem Partido (MESP). O MESP surgiu em 2004, sob a coordenação do advogado Miguel Nagib e foi apoiado por todos os grupos de direita do Brasil quando se tornou mais conhecido a partir de 2010. A iniciativa ganhou importância, segundo Miguel (2016), quando se articulou com a chamada

⁷ “No que diz respeito à Extinção da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), vale enfatizar a relevância que ela teve nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, atuando em agendas marcadas por profundas tensões geradas a partir das desigualdades, na garantia do direito à educação. Cabe mencionar que essa secretaria possuía um número representativo de profissionais indígenas em seu corpo técnico, o que abriu o espectro metodológico e operacional dessa instituição” (SANCHÉS e LEAL, 2021, p. 230)

‘ideologia de gênero’, momento em que o movimento passou a dar menos ênfase à educação neutra e apostar mais na prioridade da família sobre a escola. “Estabeleceu-se, assim, uma hierarquia estrita entre família e escola, com o predomínio incontestado da primeira” (MIGUEL, 2016, p. 603 apud LEAL, 2019, p.12).

No caso das Universidades Públicas, alicerçada em uma proposição de que o caminho assumido pelo atual governo seria o de inversão dos investimentos até então em curso, com retirada dos recursos do ensino superior “em favor” da educação básica, se aprofundou o poço em que já vinha vivendo o ensino superior do país, desde o governo Temer, com a Ponte para o Futuro e a PEC de corte dos gastos. A produção científica brasileira é feita, quase exclusivamente, dentro das instituições públicas de ensino, e já vinha sofrendo sucessivos ataques nos últimos anos, com o acirramento da crise econômica e os cortes orçamentários, o governo Bolsonaro, intensificou ainda mais o problema.

A avaliação é de que se já era difícil garantir a permanência de estudantes com o orçamento dos governos anteriores, agora o acesso e permanência nas universidades têm sido colocado em risco, principalmente para os/as estudantes provenientes da classe trabalhadora, moradores/as de periferias, pertencentes a grupos e comunidades tradicionais. E, especificamente no caso da pós-graduação no país, se materializa uma degradação na produção científica e ganha corpo a chamada “fuga de cérebros” para outros países. O cenário é desolador.

Como parte do projeto político ultraliberal que direciona este governo, sabe-se que o corte de financiamento educacional corresponde a uma estratégia para acabar com o serviço público e torná-lo extremamente ineficaz. Conforme afirma Daniel Cara, ‘quando você tem um processo de precarização do serviço público, você constrói a ideia na sociedade de que o poder público não é competente para dar conta do que é a necessidade das pessoas’ (AÇÃO EDUCATIVA; CARTA EDUCAÇÃO; DE OLHO NOS PLANOS, 2019, p. 24). É por isso que, o argumento da privatização parte da defesa de que o setor privado é mais dinâmico. Levando em conta que a política educacional que propõe este governo é reduzir esse campo a uma esfera de propaganda de ultradireita e mercantilizar o processo de ensino e de aprendizagem, a grande aposta está na privatização (SANCHES e LEAL, 2021, p. 231).

Em relação as configurações e impactos da agenda familista nos sucessivos ataques aos ordenamentos jurídico-legais e à educação pública, consideramos que o MMFDH assumiu uma centralidade e protagonismo na difusão de uma agenda ideológica, alinhada a um projeto ultraneoliberal, onde se criam as bases para a efetivação dos movimentos que foram vivenciados durante a gestão. As bases para este movimento estavam orquestradas, na história recente, através do acirramento da disputa em torno do sentido e significado das famílias na sociedade brasileira e, no autoritarismo que atravessa a história do nosso país.

Compreendemos que a agenda familista na educação é indissociável e se fortalece a partir das disputas em torno da dita “ideologia de gênero”, do debate sobre a educação sexual,

do desprezo às diversidades, que tem cerceado o exercício da docência em nome de uma pseudoneutralidade. Está explícita no Projeto de Lei 7180/2014, da “Escola sem Partido”, defendido pelo Governo Federal, o qual foi desarquivado em 2021, e visa alterar a LDB, incluindo entre os princípios para o ensino o “respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os **valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar** nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014, s.p).

Reflete ainda na defesa do ensino domiciliar que, ao mesmo tempo, materializa o projeto ultraneoliberal de sucateamento (ou seria acabamento) da educação pública e de qualidade, e promove uma “educação” sectária, excludente, com bases conservadores, sem a convivência e socialização nas escolas, que é tão fundamental ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Essa agenda caminha na contramão do preconizado na CF 1988, quando em seu art. 206, inciso II e III, aponta que o ensino deve ser ministrado guiado pelos princípios da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” e o “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas” (BRASIL, 1988).

Em nota o UNICEF alertou para os prejuízos do ensino domiciliar para crianças e adolescentes, incidindo não somente no desenvolvimento desse público, como também sobre toda a sociedade numa perspectiva da cidadania.

Autorizar a educação domiciliar significa privar crianças e adolescentes do seu pleno direito de aprender. Família e escola têm deveres diferentes e complementares na vida de meninas e meninos. A família é o lugar do cuidado e de aprendizagens não curriculares, dentro de um ambiente privado. A escola é o lugar da aprendizagem curricular e é o principal espaço público em que o estudante interage com outras pessoas, socializa e aprende. A participação das famílias na escola é fundamental. Pais, mães e responsáveis podem – e devem – participar da construção do projeto pedagógico da escola, participar dos conselhos escolares e contribuir com as principais decisões que impactam a aprendizagem e o dia a dia escolar. Mas não devem substituir a escola na vida dos filhos (UNICEF, 2022, s.p)

Ao tratar do avanço conservador nas pautas relacionadas às infâncias e adolescências, em especial, no campo da educação, Lazarin (2019, s.p) alerta que se apresenta, por trás de um discurso de cuidado, um projeto de nação que segrega as diversidades, no qual crianças e adolescentes são incentivados à violência armada (fazendo o símbolo da arma com a mão e são “educados” em uma cultura do ódio às representações da diversidade, das desigualdades etc. A autora ressalta que:

Está aí umas das maiores mostras da incongruência do que se quer formar enquanto infância: nela não cabem conteúdos sobre diversidade sexual, mas cabem conteúdos de violência. Não nos enganemos, a proteção da infância não pode ser pauta para justificação de preconceitos. A proteção da infância passa por assumir o respeito e a

diversidade: não é formar uma criança ideal, mas incluir e respeitar a pluralidade existente (LAZARIN, 2019, s.p)

Fabio Peixoto Bastos Baldaia (2021), um dos responsáveis pela pesquisa *O Bolsonaro e o Brasil Profundo: uma análise sobre a ascensão e a permanência de um fenômeno sociocultural e político*, na captura de um sentimento de anti-institucionalidade nutrido há séculos no país, não representando, portanto, algo episódico, espécie de descontinuidade, mas um processo com raízes profundas no processo histórico brasileiro. “Nessa ‘região invisível’ [o que chama de Brasil profundo], os valores, as crenças, a moral e mesmo o humor popular se constroem à margem das instituições ou da estrutura formal do Estado. Para milhões de brasileiros, resta a família como estrutura de amparo e afeto – e Bolsonaro ganha *status* de mito ao defendê-la” (GIOVANAZ, 2021).

Neste sentido, na avaliação dos pesquisadores, Bolsonaro deu corpo e voz para os discursos e representações presentes no “Brasil profundo” e, a sua não reeleição não representa o fim do “bolsonarismo”, o campo de conflito e tensão agora estabelecido e institucionalizado fará com que a retomada da cultura política e de relação com as instituições vivenciadas anteriormente representem um desafio ainda maior, o tem uma incidência bastante significativa para a educação.

Rayani Mariano dos Santos (2019), na tese *As Disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: Familismo, Conservadorismo e Neoliberalismo*, aponta que há uma intensificação da mobilização das famílias no período recente brasileiro.

[...] foram analisados discursos proferidos em plenário e em comissões por deputados/as federais, discursos de convidadas/os nas audiências públicas das comissões e documentos que orientaram os debates relacionados: ao PL 7672/2010 que buscava proibir castigos físicos a crianças e adolescentes e foi transformado na Lei 13.010/2014 (Lei Menino Bernardo); aos projetos que buscavam criar Estatutos da(s) Família(s): PL 674/2007 e PL 6583/2013; ao PL que buscava estabelecer a precedência dos valores de ordem familiar sobre a educação escolar (PL 7.180/2014); e à ofensiva contra a inclusão de conteúdos nas escolas e a formulação de políticas relacionadas a gênero e orientação sexual(SANTOS, 2019, p. 5).

A tese da autora indica que as disputas em torno das famílias têm relação com o contexto atual brasileiro, ocasião em que a Família é evidenciada como núcleo de proteção, numa perspectiva conservadora, na mesma medida em que a erosão de direitos sociais e a restrição da responsabilidade pública estatal se afirmam, ganhando corpo a articulação entre conservadorismo e neoliberalismo. Ao analisar o campo político recente, a pesquisadora aponta que “deputados conservadores com vínculos religiosos [que] protagonizaram a defesa da família tradicional, monogâmica, heterossexual e com papéis de gênero tradicionais a partir da

mobilização de argumentos religiosos e jurídicos” (SANTOS, 2019, p.5)

No campo da educação a defesa da família tradicional e da autoridade familiar, mobilizada juntamente com o bloqueio a conteúdos escolares e políticas públicas relacionadas a gênero e sexualidade operou pela manutenção das hierarquias e das desigualdades nas famílias e na sociedade. Nesse sentido, a mobilização da família articula não só a luta das religiões organizadas contra a igualdade de gênero e a diversidade sexual, mas serve a uma racionalidade neoliberal que mina cada vez mais outras possibilidades de afeto, de cuidado e de solidariedade que estejam fora do âmbito familiar.

A atuação do Governo Bolsonaro de cunho fundamentalista religioso, a partir da institucionalidade estatal, atinge o conjunto da sociedade brasileira, mas, sobretudo, as mulheres, a população LGBTQIA+ e as crianças e adolescentes, tendo em vista que é no campo do cerceamento dos direitos sexuais e reprodutivos, da defesa dos papéis sociais historicamente atribuídos às mulheres, da defesa do sexo biológico como natural e único, que se baseia o projeto ideológico moralizador da vida social. Nesse sentido, o disciplinamento das mulheres e das crianças e adolescentes é fundamental.

A agenda familista, que se soma aos conteúdos acima apontados, configura-se num ataque frontal a laicidade do Estado, quando os valores e pautas da moral tradicional de cariz judaico-cristã são institucionalizadas nas ações do Governo Federal.

Considerações finais

Buscou-se neste trabalho situar os aspectos da agenda familista instituída pelo Governo Bolsonaro e os seus desdobramentos nos sucessivos ataques aos ordenamentos jurídico-legais e à educação pública. Partimos de uma análise sobre a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), no comando da Ministra Damares Alves, e da incidência desta gestão, e do projeto a que se filiou, no campo da educação.

A análise das ações, bem como a repercussão destas, no campo da educação revelou um tensionamento a partir da defesa de uma presença supervalorizada da família para a reprodução social, em detrimento do Estado, o que representou retrocesso em várias pautas estruturantes, dando espaço para a defesa de propostas ultraconservadoras como: combate ao que foi chamado de “ideologia de gênero”, defesa do modelo único de família, militarização da educação, extinção de algumas secretarias, incluindo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), disputa pela política de alfabetização, ataque ao

financiamento de qualidade, defesa do direito à educação domiciliar, entre outros.

Consideramos que o MMFDH assumiu o papel de difundir os aspectos estruturantes da agenda familista para uma série de políticas públicas com uma gramática político-pedagógica alicerçada no fascismo, no pânico moral e no desmantelamento do Estado, o que teve rebatimentos nas diferentes políticas públicas e em especial na educação.

A análise realizada demonstra que a defesa da “família” e da “infância” foram bandeiras do arsenal bolsonarista, cooptando apoio e encobrimento o amplo retrocesso para a garantia de direitos de crianças e adolescentes, merecendo a atenção e resistência organizada dos movimentos sociais e profissionais que atuam na defesa dos direitos humanos, em particular da educação.

A adoção de uma “perspectiva de família”, baseada no princípio da subsidiariedade, extrapola os aspectos da pauta moral, pois, está imbricada ao enxugamento dos gastos públicos destinados às políticas sociais, a exemplo da Assistência Social, Saúde e Educação. A situação ficou ainda mais crítica no cenário da pandemia, que implicou a agudização da barbárie cotidiana em que vivem muitas famílias brasileiras.

Importa considerar que o Governo Bolsonaro, e as medidas por ele adotadas, principalmente, àquelas que tem relação com os valores e costumes, tem amplo apoio de diversos segmentos da população, o que pode ser confirmado através da análise do último pleito eleitoral, com a composição das Câmaras e Senado federal.

Os dados contribuem para uma compreensão necessária e estratégica de que o Governo Bolsonaro não é apenas, como diz a melodia de Chico Buarque, uma “página infeliz da nossa história”, mas tem relação com a formação social brasileira, marcada por muitas permanências históricas, calcadas em preconceitos e desigualdades. Permanências estas que nos fazem conviver na contemporaneidade com aspectos que remontam o Brasil colônia. Nesse sentido, é imprescindível ter presente que o enfrentamento ao conservadorismo deve se dá para além do Governo Bolsonaro, compreendendo que o fenômeno do bolsonarismo é mais amplo e se espalha pelos mais diversos segmentos da população brasileira.

Portanto, o enfrentamento à reação conservadora perpassa, principalmente, pelo diálogo com a população para revelar a essência do projeto bolsonarista relacionado às famílias e a proteção às infâncias e adolescências, o qual caminha para a desconstrução das conquistas e avanços baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine R. Política Social no contexto da crise capitalista. In: Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. IN CISLAGHI, Juliana. Mesa Coordenada Ajuste fiscal e seguridade social: Retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: PPGPP, 2019. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_19_9_1995cbc6c9a8fde9.pdf>. Acesso em 23 set 2022.

BRASIL. *Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 3 maio 2022.

_____. *Lei Federal nº 13.844/2019 de 18 de junho de 2019*. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm. Acesso em: 4 out 2022.

_____. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. *Decreto Federal nº 10.570, de 9 de dezembro de 2020*. Institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e o seu Comitê Interministerial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10570.htm Acesso em 10 out 2022.

_____. *Portaria nº 1.756, de 19 de junho de 2020* Institui o Programa Município Amigo da Família (PMAF) e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/POR-TARIAN1.756DE19DEJUNHODE2020PORTARIAN1.756DE19DEJUNHODE2020DOU-ImprensaNacional.pdf> . Acesso em 10 out 2022.

_____. *Portaria nº 2.904, de 13 de novembro de 2020* Institui o Programa de Equilíbrio Trabalho-Família. Disponível em: <https://www.bsgestaopublica.com.br/portaria-mmfdh-no-2-904-de-13-de-novembro-de-2020/> . Acesso em 10 out 2022.

_____. *Portaria nº 1.643 de 19 de junho de 2020* Institui o Observatório Nacional da Família. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/portaria-no-1-643-de-19-de-junho-de-2020> . Acesso em 10 out 2022.

_____. *Cartilha de Políticas Públicas Familiares.MMFDH*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/Cartilha-sobrePoliticaspblicasNova.pdf> . Acesso em 10 out. 2022.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 7.180, de 24 de fevereiro de 2014. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722> Acesso em: 10 out 2022.

BUSS, Gabriel. Gestão Bolsonaro na educação é a pior da história, diz Priscila Cruz. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/educacao/gestao-bolsonaro-na-educacao-e-a-pior-da-historia-diz-priscila-cruz/>. Acesso em: 2 de out 2022.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise. Partes I, II e III, 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-docapital-a-crise>>. Acesso em: 23 set 2022.

ESCOLA SEM PARTIDO. Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em: 25 de set 2022.

FREITAS, Nathália. Entre a “razão” econômica neoliberal e as moralidades neoconservadoras: a questão da centralidade da família na política socioassistencial brasileira. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília. Brasília, 2020. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39200> >. Acesso em 30 set 2022.

FUNDAÇÃO TIDE SETÚBAL. O conservadorismo e as questões sociais. Plano CDE – Pesquisa, Inovação e Impacto. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo> . Acesso em 10 out 2022.

GANDRA, Angela. Porque uma Secretária da família?. Folha de São Paulo, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://aplj.org.br/publicacoes/artigos/porque-uma-secretaria-da-familia.html>. Acesso em 10 out. 2022.

GIOVANAZ, Daniel. Bolsonarismo tem raízes em um Brasil construído à margem do Estado, afirmam pesquisadores. Brasil de Fato, 04 out. 2021. Disponível em: brasildefato.com.br/2021/10/04/bolsonarismo-tem-raizes-em-um-brasil-construido-a-margem-do-estado-afirmam-pesquisadores. Acesso em 10 out 2022.

HRW. “Tenho medo, esse era o objetivo deles” - Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942> . Acesso em: 26 julho 2022.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

LAZARIN, Monique. A infância como bandeira da política conservadora. *Justificando*, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://www.justificando.com/2019/01/15/a-infancia-como-bandeira-da-politica-conservadora-no-brasil/>. Acesso em: 10 out 2022.

LEAL, Fabiana. As disputas em torno das famílias na câmara dos deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo. Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2019.

MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 573-586, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 out. 2022.

MIOTO, Regina Célia. Famílias e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BERHING, Elaine Rosseti; SANTOS, SILVANA Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2009.

MIOTO, Regina Célia; SILVA, Maria Jacinta da; SILVA, Selma Maria Muniz Marques da. A relevância da família no atual contexto das políticas públicas brasileiras: a política de assistência social e a política antidrogas. *Revista Políticas Públicas*, v. 11, n. 2, jul/dez. 2007, p. 197- 220. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321129122010> . Acesso em 10 out 2022.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 2, pág. 199-212, 2020. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000200199. Acesso em 04 out 2022.

PELLANDA, Andresa. Em 2019, a educação perdeu R\$ 32,6 bi para o Teto de Gastos. *Diplomatique*, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-educacao-perdeu-r-326-bi-para-a-ec-95-do-teto-de-gastos/> . Acesso em 05 outubro 2022.

PEREIRA, Camila P. Nova direita, corporocracia e política social. In: POTYARA, Pereira (org.). *Ascensão da nova direita e o colapso da soberania política: transfigurações da política social*. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

PETRINI, J.C. (2005). Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia. *Memorandum*, 8, 20-37. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/petrini01.htm>. Acesso em 10 out 2022.

QUADROS, Marcos Paulo dos REIS; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opin. Publica* [online]. 2018, vol.24, n.3, pp.486-522. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/fb7t4KkpVsJfvHwgLn3wxS/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 30 set 2022.

SANCHEZ, Laura Marcela Cubides; LEAL, Fabiana Soares Fernandes. “Licenciatura em Educação Básica Intercultural”: avanços, desafios e potencialidades na formação superior de professores indígenas. *Rev. bras. Estud. pedagog.*, Brasília, v. 102, n. 261, p. 357-375, maio/ago. 2021, pp 357-375. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/4446/3985>. Acesso em: 01 de out.2022.

SANTOS, Rayani Mariano dos. As disputas em torno das famílias na câmara dos deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo. 2019. xii, 289 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38470> . Acesso em 10 out 2022.

SENADO FEDERAL. Novo governo promete mudanças profundas na educação. Agência Senado. 28 jan 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/28/governo-promete-mudancas-profundas-na-educacao> Acesso em 10 out 2022.

UNICEF. UNICEF alerta para os riscos da educação domiciliar. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-para-os-riscos-da-educacao-domiciliar> Acesso em: 11 out 2022.

ZACARIAS, C. Poliocracia” e crise: uma avaliação dos cem primeiros dias do governo. 2018. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/04/10/poliocracia-e-crise-umaavaliacao-dos-cem-primeiros-dias-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 27 set. 2022.